



Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcântara Pereira  
(Organizadoras)

# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena  
Editora  
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcântara Pereira  
(Organizadoras)

# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

**Imagens da capa**

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Ivoneide Jesus  
**Organizadoras:** Diná Andrade Lima Ramos  
 Denise de Alcantara Pereira

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF                      Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader                      Modo de acesso: World Wide Web                      Inclui bibliografia                      ISBN 978-65-258-0835-2                      DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412">https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</a></p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

**PROJETO EDITORIAL**

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

**Realização**



**Apoio**



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

## AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrandos e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestra Thássia Andryna Silva de Paula, Mestra Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

## PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

## INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e

docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclo do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o consequente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

funditários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL<sup>1</sup>, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

---

<sup>1</sup> Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf)

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos  
Denise de Alcantara Pereira

## SUMÁRIO

### PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

#### CAPÍTULO 1..... 1

##### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

#### CAPÍTULO 2..... 20

##### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco

Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

#### CAPÍTULO 3..... 45

##### O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>

### PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

#### CAPÍTULO 4..... 72

##### TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi

Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

#### CAPÍTULO 5..... 97

##### SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>

#### CAPÍTULO 6..... 116

##### DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt

Javier Walter Ghibaoudi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

**CAPÍTULO 7..... 135**

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO  
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

**PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS**

**CAPÍTULO 8..... 150**

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA  
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>

**CAPÍTULO 9..... 167**

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS  
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>

**CAPÍTULO 10..... 177**

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

**CAPÍTULO 11..... 203**

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:  
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima

Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

## PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

### CAPÍTULO 12.....213

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA  
BAIXADA FLUMINENSE

Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

### CAPÍTULO 13.....228

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E  
(DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

### CAPÍTULO 14.....249

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS  
COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19  
NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

### CAPÍTULO 15.....261

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

### POSFÁCIO .....268

### SOBRE OS/AS AUTORES/AS .....275

## PARTE III – Conflitos Socioambientais e Territoriais

## “SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 02/05/2022

Vinicius Ferreira Baptista

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolve estudo analítico e descritivo quanto aos contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Construímos tabulação a fim de ponderar o movimento da violência tanto em contexto geral da RMRJ, bem como em termos dos municípios. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo.

Metodologicamente, partimos de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup> e ao Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP)<sup>2</sup>. Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

As variáveis estudadas foram classificadas previamente pelo ISP em seu

banco de dados, conforme registro no Boletim de Ocorrência. Foram analisadas as seguintes variáveis: a) em relação à vítima, a idade (categorizada nas faixas etárias de 0 a 11, 12 a 17, 18 a 29, 30 a 59, 60 ou mais anos); a cor da pele ou raça (parda, branca, preta, outras); a escolaridade (sem instrução, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio completo, ensino superior completo); o estado civil (casada/vive junto, sem informação, separada, solteira, viúva e sem informação); b) em relação ao agressor, vínculo com a vítima (companheiro ou ex, conhecido, pais/padristos, parente ou nenhuma relação); c) em relação à violência, o local da ocorrência (ambiente virtual, estabelecimento comercial, outros locais, residência, via pública); o tipo de violência (física, moral, sexual, patrimonial e psicológica) e a faixa horária do fato (madrugada - 00h às 05h59, manhã - 06h às 11h59, tarde - 12h às 17h59, noite - 18h às 23h59 e sem informação).

Tabulamos os dados no Microsoft Excel e no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para tratamento e análise quali-quantitativa. Modulamos, para fins comparativos, em taxas por 100mil mulheres, tendo em vista que números absolutos de crimes podem causar análises superficiais do aumento/regressão de um crime – desta forma, para aprofundar,

1 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=2R&uf=33>>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

2 Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

também modulamos médias das taxas para ordenar leitura agregada dos municípios. Após este processo, procedemos à criação da estatística descritiva e confrontamos com a literatura pertinente para apontar caminhos às políticas públicas na RMRJ.

O texto se divide em três seções, além da introdução e considerações finais. Primeiramente, destacamos pressuposições empíricas e teóricas. Em seguida, delimitamos os resultados encontrados. Em terceiro, discutimos os resultados à luz das pressuposições. Por último apresentamos nossas considerações finais. Encontramos resultados que se aproximam e se distanciam dos estudos empíricos, todavia, ratificamos a ideia de que é preciso ponderar as características dos municípios, pois determinados contextos estabelecem políticas públicas que se orientem neste processo específico.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ENTRE A TEORIA E OS DADOS**

A literatura que debate violência contra a mulher é ampla e generalizada, a depender dos vieses que o estudo se oriente ou de suas propostas empíricas. O fato é que a violência é produto humano, em sua condição humana de agir no contexto de convenções sociais e conjugada vis a vis justificações morais, sociais, históricas e culturais que permeiam a ação do agressor (Guimarães, 2020). Pensar a violência contra a mulher parte da ideia de violação de direitos humanos (Espínola, 2018), como questão pública e política (Bravo, 2019) e que considere os marcadores sociais em sua delimitação (Rodrigues, 2016).

A violência contra a mulher é uma das formas de violência mais contestadas socialmente, seja em seus dados ou conceituação (Xavier, 2019). Tal processo de descrédito da vítima é destacado por Campos (2020), Mendes (2017), Lima (2013), Eluf (2017), Montenegro (2015), Villa (2020), Segato (2021) e Severi (2020). É, neste ponto, que Freitas & Pinheiro (2013) sustentam que a invisibilidade da violência contra a mulher não é apenas social e política, mas jurídica, tanto no sentido da inexistência de políticas públicas ou leis penais, assim como quando da existência de ambas. Nesta seara, Morais (2020) realiza uma crítica a respeito da ótica de gênero incorporada aos instrumentos que procuram captar a realidade da violência e seus mecanismos de combate. Tal como defende Mendes (2017, 2020) a argumentação “feminista” não implica apenas a adjetivação “feminista”, mas a real construção de um viés analítico que parta da compreensão das desigualdades estruturantes do objeto que se analisa.

Assis (2015) afirma que toda imputação de um crime que evidencie a condenação de uma violência é ineficaz quando desacompanhada de meios alternativos de transformação e mudança da sociedade. Neste ponto, Barwinski (2019) segue o raciocínio, ao destacar que o foco na questão criminal desalinha medidas que modifiquem bases culturais. Neste aspecto, Lima (2013) assevera que se deve compreender a violência não apenas pelo lado da vítima, mas construir considerando igualmente os contornos subjetivos e objetivos do autor do crime, assim como das dinâmicas sociais que permearam a base motivacional e

que encontram ressonância na sociedade. É o que Segato (2021) entende por ter em voga as diferenças entre diferenças, em especial quando a marcadores sociais que hierarquizam, a exemplo da raça e classe, bem como a periferia/centro, bem como Vergès (2021), ao se pensar em uma sociedade pós-violência, ou seja, que não considere a violência como centralidade analítica e construtiva de seus arranjos

Cabette (2020), Arruda da Silva et al (2019), Eluf (2017) e Villa (2020) demonstram que a violência contra a mulher é um crime silencioso, marcado por elementos relacionais, espaciais e das dimensões de poder concernentes às lógicas machistas e misóginas que subjagam mulheres. Portanto, ter uma clara dimensão das variáveis envolvidas implica construir cenários adequados do desenvolvimento do crime e permite situar bases para políticas públicas com grau de efetividade superior.

Severi (2018) pontua que políticas de combate à violência contra a mulher devem ter em mente o projeto jurídico feminista de criar as condições que permitam a igualdade entre homens e mulheres de um lado, e do outro a punição de atos violentos que representem ferimento à dignidade. Isso nos permite entender que políticas públicas no campo da segurança não devem se restringir à compreensão de como a violência se desenvolve estatisticamente ou territorialmente, mas se atentar às dinâmicas sociais e políticas características de onde elas se desenvolvem para criar ações específicas que observem as fragilidades locais.

Ao considerarmos dimensões empíricas de estudos de base municipal, alguns autores consideram como basilares determinados indicativos no âmbito da violência contra mulheres. No estudo de Duffrayer et al (2021), o perfil sociodemográfico da violência contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro, indicava mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos (29,1%), de cor parda (35,90%), com ensino médio completo (11,30%), vítimas de violência física com 58,9% em sua residência (53,6%), cuja agressão advém do cônjuge (26,5%) e amigos/conhecidos (14,6%). A questão de a residência ser o local da violência mais associado à violência física e psicológica é evidenciada por Beccheri-Cortez & De Souza (2013). Alguns elementos se repetem no estudo de Bozzo et al (2017), em pesquisa sobre violência em um município no interior de São Paulo, a exemplo do vínculo com cônjuge (46,85%) dos casos, neste caso, a predominância da psicológica/moral 82,23% (fato que difere de muitas pesquisas sobre o tema), além de predomínio da violência na faixa entre 20 a 39 anos em mulheres brancas (70,81%) com Ensino Fundamental completo (19,09%). Em Silva et al (2013), cuja análise recaiu em Recife (PE), a faixa etária mais frequente foi de 20 a 39 anos (36,5%), com 50,9% das vítimas pardas e 24% com ensino fundamental incompleto e a violência física a forma mais notificada (49,5%).

O trabalho de Scott & De Oliveira (2018) inovam ao inverter a lógica, partindo dos homens agressores para explicar a violência contra a mulher em uma capital da região nordeste do Brasil. Destacou-se um perfil que englobava homens autores de violência doméstica e familiar entre 31 e 40 anos, brancos, em união estável e com ensino fundamental

incompleto, os quais praticam violência física (64,73%) em sua maioria. Na pesquisa de Lucena et al (2016) em um município de João Pessoa (PB), indicam estimativa de 54% das mulheres já terem sofrido algum tipo de violência, em que o agente agressor possui algum grau de relação com a vítima (69,84 %) e com o ambiente doméstico compondo 51,03% do local da violência.

No estudo de Teófilo et al (2019) na cidade de Niterói (RJ), a violência física (60,58%) predominou, seguida de violências psicológica (39,41%) e sexual (31,27%). As adolescentes foram as principais vítimas de violência sexual (56,3%) e os atuais e ex companheiros foram autores em 42,6% das agressões físicas. Já para Deslandes, Gomes & Silva (2000), em sua pesquisa sobre violência contra a mulher em hospitais públicos de referência situados no Município do Rio de Janeiro, o esposo/companheiro/namorado (69,4%) é quem mais agride, sendo que a violência física é a mais recorrente (70,4%). Há predomínio da faixa etária de 20 a 29 anos (45,7%), seguida pelas faixas de 30 a 39 (28,6%).

Desta forma, alguns pressupostos fazem parte da conjuntura da violência que deveremos analisar. Em certa forma, os estudos indicam que a violência contra a mulher tem dinâmicas etárias, raciais, territoriais e relacionais que se apresentam territorialmente em manifestações diferenciadas. Portanto, indagar estes movimentos no âmbito territorial no Rio de Janeiro nos permitirá balizar aspectos sugestivos das políticas públicas.

### **A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na perspectiva da Violência contra a Mulher**

No âmbito do presente texto, destacamos como território de análise a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) delimitada pela Lei Complementar 184/2018 e formada por 22 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. De acordo com dados do IBGE, a RMRJ condensa 12.396.694 de habitantes (cerca de 77,5%) da população de 15.989.929 do Estado. Na RMRJ, o contingente populacional de mulheres gira em torno de 6.520.814, correspondente a 52,6%.

Não obstante, o total de casos registrados de violência contra a mulher entre 2014-2019 no Estado do Rio de Janeiro é da ordem de 813.210, em que a RMRJ engloba 74,88% ou 608.964 dos casos. Deste total, a composição da violência se dá na seguinte ordem na RMRJ entre 2014-2019: física (34,80% ou 211.908), psicológica (31,93% ou 194.461), moral (24,70% ou 150.399), patrimonial (4,30% ou 26.212) e sexual (4,27% ou 25.984)

A questão da violência contra a mulher não é um fenômeno novo no âmbito deste território, todavia, não há estudos suficientes que dêem conta da disposição territorial – neste sentido, nos propomos a realizar tal feito. Advertimos ao fato de que a descrição de números absolutos pode dissipar atenção real e obscurecer o desenvolvimento do

fenômeno. Note que, a priori, pode-se considerar o município do Rio de Janeiro como o mais danoso à mulher, por registrar 306.505 (cerca de 50,33%) do total dos casos do período, seguido de Nova Iguaçu (6,91%), Duque de Caxias (6,81%), São Gonçalo (6,75%), Niterói (4,19%), São João de Meriti (3,70%), Belford Roxo (3,01%), Petrópolis (2,50%), Magé (2,28%) e Maricá (1,68%), aparecem entre os dez primeiros municípios mais violentos compondo 88,17% dos casos.

Todavia, isso poderia nos levar a um erro típico estatístico, no qual o número absoluto desconsidera a dimensão populacional, de forma a parametrizar adequadamente a violência. Se adotarmos o parâmetro de taxa de violência por 100 mil mulheres entre 2014-2019 e ponderarmos uma média da taxa no período, Itaguaí, Maricá, Paracambi, Queimados, Japeri, Cachoeiras de Macacu, Magé, Nilópolis, Seropédica e Nova Iguaçu tomam os lugares dos municípios na afirmação anterior – Nova Iguaçu, que possui o maior quantitativo de casos absolutos, é o décimo quando se observa a taxa de incidência considerando a população de mulheres. Observe a tabela 1.

Município	Ano/Taxa por 100 mil mulheres						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2014-2019
<b>Belford Roxo</b>	1521,18	1230,14	1175,31	1058,23	1217,36	1357,52	1.259,96
<b>Cachoeiras de Macacu</b>	2524,71	2510,01	2054,32	1510,42	1624,34	1811,77	2.005,93
<b>Duque de Caxias</b>	1816,32	1623,97	1410,67	1258,41	1564,06	1670,14	1.557,26
<b>Itaboraí</b>	594,72	506,18	498,13	414,07	462,36	459,68	489,19
<b>Itaguaí</b>	4432,90	3758,09	3096,08	2135,99	2232,91	2803,48	3.076,58
<b>Japeri</b>	2703,96	2303,21	1976,29	1404,71	1834,98	2248,38	2.078,59
<b>Macaé</b>	1200,43	1021,13	652,95	526,39	619,39	558,03	763,05
<b>Magé</b>	2607,37	1971,80	1834,75	1664,30	1811,63	1997,50	1.981,23
<b>Maricá</b>	2811,21	3000,99	2710,92	2417,76	2448,62	2368,39	2.626,32
<b>Mesquita</b>	2062,40	1861,47	1530,72	1245,12	1517,17	1591,67	1.634,76
<b>Nilópolis</b>	2479,97	1956,99	1707,44	1332,52	1682,37	1646,55	1.800,97
<b>Niterói</b>	1860,74	1766,36	1628,43	1443,51	1474,45	1584,88	1.626,40
<b>Nova Iguaçu</b>	2221,43	1845,32	1461,25	1318,92	1594,67	1714,57	1.692,69
<b>Paracambi</b>	2691,70	2520,25	2293,09	2130,21	2194,51	2074,49	2.317,38
<b>Petrópolis</b>	1574,35	1481,40	1451,06	1675,05	1708,61	1938,41	1.638,15
<b>Queimados</b>	3396,05	2965,94	2360,70	1657,40	1709,23	1682,61	2.295,32
<b>Rio Bonito</b>	1824,11	1848,90	1374,28	1161,76	1540,75	1388,45	1.523,04
<b>Rio de Janeiro</b>	1965,02	1687,24	1502,37	1279,28	1353,73	1332,82	1.520,08
<b>São Gonçalo</b>	1865,14	1423,74	1378,17	1109,90	929,33	1135,64	1.306,99
<b>São João de Meriti</b>	2102,93	1826,92	1533,03	1224,18	1349,72	1331,43	1.561,37

<b>Seropédica</b>	2075,32	1831,31	1564,66	1461,52	1642,64	1896,71	1.745,36
<b>Tanguá</b>	2363,53	1463,45	1333,94	945,41	964,84	1295,09	1.394,38

Tabela 1. Taxas por 100 mil mulheres da violência contra a mulher na RMRJ entre 2014-2019.

Fonte: IBGE e ISP.

Ao colocarmos as variáveis em jogo, podemos delimitar as taxas por tipo de violência entre 2014-2019 em cada município e, a partir disso, delimitar a média da taxa, o que pode demonstrar o alcance municipal. Veja a tabela 2. Neste processo, Itaguaí aparece como a cidade mais vulnerável às mulheres, pois concentra as maiores taxas de violências física, física, sexual, moral e psicológica, seguida de Maricá que concentra o segundo lugar de violências moral e psicológica e lidera com a patrimonial e de Queimados, que é a segunda colocada em violência física e se distribui pelas outras entre terceiro e quinto lugar. O município do Rio de Janeiro, que concentra o maior número de casos, está em 17º lugar na média geral das taxas, sendo que é na violência moral que o município aparece com destaque em 9ª lugar. Em suma, a tabela 2 nos permite construir uma visão de como os municípios se enquadram no alcance da violência e, portanto, pensar estratégias adequadas às lacunas existentes no município – em alguns, o município pode estar relativamente bem, em outros, nem tanto.

Município	Formas de violência/Média da Taxa por 100mil mulheres entre 2014-2019/Posição do município										
	Física	Posição	Sexual	Posição	Patrimonial	Posição	Moral	Posição	Psicológica	Posição	Posição geral*
<b>Belford Roxo</b>	501,01	19	56,48	19	51,53	20	219,93	20	431,00	19	20
<b>Cachoeiras de Macacu</b>	663,95	7	79,01	10	94,32	4	521,85	4	646,80	6	6
<b>Duque de Caxias</b>	578,22	12	72,49	14	53,68	17	346,38	15	506,49	15	16
<b>Itaboraí</b>	180,50	22	25,04	22	16,10	22	96,44	22	171,11	22	22
<b>Itaguaí</b>	1.012,83	1	161,54	1	138,68	2	736,68	1	1.026,85	1	1
<b>Japeri</b>	780,04	4	112,14	2	88,59	6	444,33	8	653,49	5	4
<b>Macaé</b>	330,15	21	37,71	21	36,43	21	119,69	21	239,06	21	21
<b>Magé</b>	801,74	3	100,07	4	64,10	15	395,02	10	620,29	7	7
<b>Maricá</b>	758,09	5	105,95	3	186,44	1	717,20	2	858,64	2	2
<b>Mesquita</b>	652,66	8	70,93	15	72,06	11	329,25	17	509,86	14	13
<b>Nilópolis</b>	619,50	9	62,09	16	76,82	8	457,90	7	584,67	8	9
<b>Niterói</b>	521,92	17	73,61	12	67,12	12	483,08	6	480,66	16	11
<b>Nova Iguaçu</b>	607,03	11	81,34	9	83,47	7	356,09	12	564,77	11	10
<b>Paracambi</b>	730,07	6	77,15	11	94,30	5	618,13	3	797,22	3	5

<b>Petrópolis</b>	571,26	15	82,95	8	53,04	18	355,77	13	575,13	9	12
<b>Queimados</b>	816,32	2	98,30	6	106,71	3	498,29	5	775,69	4	3
<b>Rio Bonito</b>	529,52	16	73,20	13	51,95	19	345,34	16	523,03	12	18
<b>Rio de Janeiro</b>	517,56	18	60,77	17	65,64	13	406,83	9	469,28	17	17
<b>São Gonçalo</b>	429,64	20	54,69	20	60,38	16	307,04	18	455,23	18	19
<b>São João de Meriti</b>	572,05	13	60,20	18	64,50	14	348,76	14	515,86	13	15
<b>Seropédica</b>	617,56	10	99,36	5	73,79	10	388,23	11	566,41	10	8
<b>Tanguá</b>	572,00	14	87,42	7	75,55	9	260,10	19	399,32	20	14

\* a posição foi calculada atribuindo pontuação inversa: posição 1=22..., 22=1.

Tabela 2. Distribuição da violência por média da taxa de 100mil mulheres entre 2014-2019 por tipo de violência na RMRJ.

Fonte: IBGE e ISP.

No caso da faixa etária, as idades compreendidas entre 18 a 29 e entre 30 a 59 são as mais significativas com 30,82% (185.900) e 53,86% (324.830) respectivamente em aspectos globais. Se desconsiderarmos o item “sem informação”, observamos na tabela 3 que: 1) nas violências física, moral, patrimonial e psicológica, as mulheres na faixa que agregam dos 18 aos 59 anos compreendem 30,28%, 21,68%, 3,78% e 28,70% respectivamente; 2) na violência sexual, a faixa de 0 a 17 anos congrega 2.44% sendo a maior significância; 3) mulheres com 60+ anos sofrem mais violência moral e psicológica. Desta forma, a juventude da mulher é mais afetada pela violência sexual, sua vida adulta por violência ampla e generalizada e sua maturidade pela violência moral e psicológica.

<b>Tipo Violência</b>	<b>0 a 11 anos</b>	<b>12 a 17 anos</b>	<b>18 a 29 anos</b>	<b>30 a 59 anos</b>	<b>60 anos ou mais</b>	<b>Total/%*</b>
<b>Física</b>	3.390	14.451	78.991	102.490	8.450	207.772
	0,57%	2,41%	13,18%	17,10%	1,41%	34,67%
<b>Moral</b>	881	5.344	39.036	90.928	12.390	148.579
	0,15%	0,89%	6,51%	15,17%	2,07%	24,79%
<b>Patrimonial</b>	93	420	6.603	16.050	2.666	25.832
	0,02%	0,07%	1,10%	2,68%	0,44%	4,31%
<b>Psicológica</b>	1.208	7.088	57.490	114.524	12.236	192.546
	0,20%	1,18%	9,59%	19,11%	2,04%	32,13%
<b>Sexual</b>	7.726	6.888	5.566	4.187	267	24.634
	1,29%	1,15%	0,93%	0,70%	0,04%	4,11%
<b>Total Geral</b>	13.298	34.191	187.686	328.179	36.009	599.363

%	2,22%	5,70%	31,31%	54,75%	6,01%	<b>100,00%</b>
---	-------	-------	--------	--------	-------	----------------

\*Desconsiderado o item "sem informação".

Tabela 3 - Distribuição da violência contra a mulher na RMRJ entre 2014-2019 por faixa etária e formas de violência.

Fonte: IBGE e ISP

Todavia, a distribuição por municípios se altera. Se nos atermos aos três primeiros colocados: 1) a faixa 0-11 anos, Itaguaí, Japeri e Queimados; 2) na faixa 12-17 anos, Itaguaí, Paracambi e Queimados; 3) na faixa 18-29 anos, Itaguaí, Rio Bonito e Paracambi; 4) na faixa, 30-59 anos, Itaguaí, Maricá e Paracambi; 5) na faixa 60+ anos, aparecem Maricá, Itaguaí e Paracambi. Ou seja, ainda que Itaguaí lidere, os municípios se alternam, o que, efetivamente, implica considerar estratégias distintas. A questão de Maricá é um exemplo: é a partir dos 30 anos que o município se destaca nos dados da violência.

Em relação à cor, a violência se distribui da seguinte forma: as mulheres brancas (45,24% ou 275.485), pardas (38,08% ou 231.907) e as pretas (14,66% ou 89.285) alcançam 97,98% dos casos, sendo que 1,79% não há informação e 0,23% foram indicados como "outras" – neste ponto, é notório que as mulheres negras (pretas e pardas) são potencialmente mais violentadas (52,74%). Quanto ao cruzamento das formas de violência e da cor, podemos observar que: 1) as mulheres brancas (14,50%) e pardas (14,08%) lideram a violência física; 2) as brancas lideram a violência moral (12,33%); 3) na violência psicológica, brancas (14,59%) e pardas (12,19%) estão próximas; na violência sexual, há inflexão, com as pardas (1,74%) liderando, seguidas das brancas (1,69%); 4) as mulheres pretas sofrem geralmente 1/3 da violência quando comparadas às brancas e pardas, todavia, são nas violências moral e sexual que as pretas se aproximam das brancas e pardas. Desta forma, há diferença na cor da violência quando o contorno sexual se explicita.

O fluxo dos municípios se comporta na seguinte maneira entre os três primeiros colocados: 1) as mulheres brancas são mais violentadas em Maricá, Niterói e Petrópolis; 2) as pardas, em Queimados, Paracambi e Maricá; 3) as pretas em Mesquita, Nova Iguaçu e Itaguaí; 4) registros em informação derivam de Mesquita, Nova Iguaçu e Itaguaí. Importante notar como a caracterização muda de figura, pois pela primeira vez aparecem Niterói, Petrópolis e Mesquita, respectivamente, 11º, 12º e 13º lugares na média geral na tabela 2. No caso das mulheres brancas, os três primeiros municípios, de acordo com o IBGE, possuem Índice de Desenvolvimento Humano do Censo 2010 de 0.745, 0.837 e 0.745. É possível, portanto, a indagação de ocorrência de violência em mulheres brancas potencialmente em territórios de melhores condições de desenvolvimento. No caso das mulheres negras, Mesquita e Nova Iguaçu fazem parte da Baixada Fluminense, território que possui fragilidades no âmbito de desenvolvimento social e serviços.

No tocante à relação entre autor e vítima, no geral, o Companheiro ou ex (46,88%

ou 271.166 casos) e o Conhecido (10,94% ou 63.302) envolvem alcance significativo da violência, não obstante ao fato de que 21,09% (122.007) dos casos não possuem relação com a vítima e parentes/padrastos/pais alcançam 9,47% (54.754) casos. Portanto, se ratifica que a violência contra a mulher tem, em sua maior parte, vínculos relacionais ou afetivos de conhecimento da vítima e que em casos sexuais, a preponderância é a inexistência de vínculos ou conhecimento. No âmbito dos municípios, é possível saber o movimento de em quais territórios existiria predominância de violência nas relações. As mulheres violentadas: 1) pelo companheiro ou ex, Itaguaí, Maricá e Queimados; 2) por um conhecido, Itaguaí, Maricá e Paracambi; 3) sem existir relação, Maricá, Itaguaí e Japeri; 4) por pais/padrastos, Itaboraí, Itaguaí e Maricá; 5) por parentes, Itaguaí, Paracambi e Itaboraí. Atenção para o fato que em Maricá, quanto mais envelhecem, mais as mulheres sofrem alguma violência e, neste ponto, atenção ao fato de que neste município, implica caráter intrafamiliar. Atenção igualmente para o aparecimento do município de Japeri, que de acordo com as tabelas até aqui apresentadas, é o 4º lugar na média das taxas em geral, sendo o 2º colocado na média de violência sexual (ver tabela 2), 2º colocado em violência na faixa de 0-11 anos e é o 2º colocado na violência em que não há relação entre autor e vítima.

Para com o Estado Civil, as mulheres solteiras (51,50% ou 313.602), casadas ou que vivem junto (31,74% ou 193.261) e as separadas (5,67% ou 34.519) compreendem 91,40% dos casos, em que 2,93% são mulheres viúvas e 5,67% não contém informação. Há de ser destacado o fato de que observamos que as violências alcançam diferentes estados civis: 1) na física, predominância entre e solteiras (53,83%) e casadas/vivem junto (31,31%); 2) na sexual, as solteiras concentram 75,59% dos casos; 3) na patrimonial, as solteiras (47,67%); 4) na moral, solteiras (46,92%); 5) na psicológica, as solteiras (49,78%) e casadas/vivem junto (33,33%).

Já nos municípios, alguns insights: 1) as casadas/vivem junto são mais alcançadas em Maricá, Queimados e Cachoeiras de Macacu (que aparece pela primeira vez); 2) as separadas, em Maricá, Paracambi e Cachoeiras de Macacu. Importante notar que Maricá lidera entre casadas/vivem junto e solteiras assim como está em 2º lugar no tocante à relação de vínculo com companheiro/ex na violência física, moral e patrimonial, que alcança mais mulheres brancas e de idade superior (o que vimos nas tabelas anteriores, demonstrando queda na violência física para aumento na violência moral, patrimonial e psicológica que alcança mulheres brancas, justamente a ênfase de Maricá nesta cor). Destacamos neste caso o município de Maricá como exemplo por ser muito evidente o cruzamento dos dados, entretanto, são necessários estudos para todos os municípios.

Em relação à escolaridade, as mulheres com ensino médio completo representam 41,62% (229.657) dos casos, seguidas das com ensino fundamental incompleto (24,87% ou 137.225), ensino fundamental completo (20,85% ou 115.040), ensino superior completo (11,90% ou 65.635) e sem instrução (0,76% ou 4.220). Desconsideramos os casos classificados como (sem informação), veja na tabela 4 a seguir, que a escolaridade tem

impacto: 1) mulheres com ensino fundamental incompleto e completo alcançam mais violência física (8,06% e 9,40%) e psicológica (6,72% e 7,85%); 2) mulheres com ensino médio completo são atingidas por violência física (13,65%) e psicológica (13,84%), e têm destaque na violência moral (11,34%); 3) mulheres sem instrução são mais alcançadas pela violência sexual (0,26%); 4) mulheres com ensino superior têm alcance na violência moral (4,18%) e psicológica (3,94%). Desta forma a escolaridade tem implicações, em especial, no sentido de que até o ensino médio, as mulheres são alcançadas pela violência física, moral e psicológica, além de concentrar o maior estrato quantitativo, enquanto que a partir do ensino médio ao ensino superior, a violência física dá lugar à moral e psicológica e não necessariamente à patrimonial (refutando a ideia de que quanto maior a escolaridade, mais bens e, conseqüentemente, maior violência patrimonial). Por fim, as mulheres sem instrução estão mais vulneráveis à violência sexual.

<b>Tipo Violência</b>	<b>Fundamental completo</b>	<b>Fundamental incompleto</b>	<b>Médio completo</b>	<b>Sem instrução</b>	<b>Superior completo</b>	<b>Total/%</b>
<b>Física</b>	44.477	51.892	75.342	1.292	15.471	188.474
	8,06%	9,40%	13,65%	0,23%	2,80%	34,16%
<b>Moral</b>	25.177	27.241	62.557	551	23.058	138.584
	4,56%	4,94%	11,34%	0,10%	4,18%	25,12%
<b>Patrimonial</b>	4.246	4.960	10.304	107	4.178	23.795
	0,77%	0,90%	1,87%	0,02%	0,76%	4,31%
<b>Psicológica</b>	37.092	43.333	76.348	847	21.724	179.344
	6,72%	7,85%	13,84%	0,15%	3,94%	32,50%
<b>Sexual</b>	4.048	9.799	5.106	1.423	1.204	21.580
	0,73%	1,78%	0,93%	0,26%	0,22%	3,91%
<b>Total Geral</b>	115.040	137.225	229.657	4.220	65.635	551.777
<b>%</b>	20,85%	24,87%	41,62%	0,76%	11,90%	<b>100,00%</b>

\*Foi desconsiderado o item "sem informação".

Tabela 4. Descrição da violência por escolaridade e tipos na RMRJ entre 2014-2019.

Fonte: IBGE e ISP.

Em termos dos municípios da RMRJ, observamos que: 1) no ensino fundamental incompleto, Queimados, Cachoeiras de Macacu e Paracambi; 2) no ensino fundamental completo, Paracambi, Maricá e Queimados; 3) no ensino médio completo, Maricá, Paracambi e Nilópolis (que aparece pela primeira vez); 4) no ensino superior completo, Niterói, Maricá e Rio de Janeiro (que aparece pela primeira vez); 5) em mulheres sem instrução, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Magé (que aparece pela primeira vez). É perceptível que a entrada dos municípios de Niterói e Rio de Janeiro (que apresentam índices sociais educacionais superiores à RMRJ) seria no âmbito de mulheres com

ensino superior completo – não obstante o fato de que as mulheres brancas com ensino superior completo serem as que mais sofrem violência nesta combinação (brancas com ensino superior), sendo especificamente os estratos de Maricá, Rio de Janeiro e Niterói). Cachoeiras de Macacu e Queimados se alternam nos graus mais baixos de escolaridade e a entrada de Magé no grau de “sem instrução” nos permite indagar o impacto da Educação no montante da violência.

O local do fato em que ocorre o crime é elemento crítico na análise, como podemos observar na tabela 5. A residência compõe 61,26% (367.165) dos casos de violência contra a mulher, seguido da via pública (19,47% ou 116.693) e outros locais (14,46% ou 86.641). Isso ratifica o ambiente doméstico como o mais potencial à mulher sofrer algum tipo de violência, pois neste espaço a violência física (21,46%) é preponderante, próxima à psicológica (20,30%). Por outro lado, registramos o fato de que nos casos de violência sexual (4,14% do total), a residência é o local em que mais acontece – neste ponto, há de ser considerado o que já demonstramos: a violência sexual alcança mais mulheres jovens, sobretudo de 0 a 11 anos e de 12 a 17 anos na RMRJ.

Tipo Violência	Ambiente virtual	Estab. comercial	Outros locais	Residência	Via pública	Total/%
Física	12	5.665	23.420	128.655	51.281	209.033
	0,00%	0,95%	3,91%	21,46%	8,56%	34,87%
Moral	4.411	7.950	28.945	81.463	25.085	147.854
	0,74%	1,33%	4,83%	13,59%	4,19%	24,67%
Patrimonial	4	748	2.272	20.423	2.488	25.935
	0,00%	0,12%	0,38%	3,41%	0,42%	4,33%
Psicológica	2.262	7.047	26.928	121.658	33.843	191.738
	0,38%	1,18%	4,49%	20,30%	5,65%	31,99%
Sexual	41	745	5.076	14.966	3.996	24.824
	0,01%	0,12%	0,85%	2,50%	0,67%	4,14%
<b>Total Geral</b>	6.730	22.155	86.641	367.165	116.693	599.384
<b>%</b>	1,12%	3,70%	14,46%	61,26%	19,47%	<b>100,00%</b>

\*Foi desconsiderado o item “sem informação”.

Tabela 5. Descrição da violência por local do fato e tipos de violência na RMRJ entre 2014-2019.

Fonte: IBGE e ISP.

No que se refere à faixa horária em que o crime ocorreu, observamos que a violência contra a mulher se distribui sem grande diferença no período da noite (33,92%), tarde (28,72%) e manhã (23,03%). Isso refuta algumas percepções de que certos tipos de crimes são mais propensos a determinados horários. No caso da violência física, há leve concentração no período da noite (13,37%) e divisão entre manhã e tarde (variando entre

6,30% a 8,98%). As violências moral, patrimonial e psicológica são relativamente próximas entre manhã, tarde e noite, com pouco alcance na madrugada. O ponto de inflexão está na violência sexual, a qual possui a distribuição mais regular nos quatro períodos, madrugada (0,98%), manhã (1,15%), tarde (1,09%) e noite (1,00%), ou seja, a violência sexual é aquela que atinge a mulher em qualquer horário do dia ou noite de forma indistinguível na RMRJ.

## **ONDE A VIOLÊNCIA ALCANÇA**

Os contornos da violência contra a mulher não comportam uma conjuntura facilitada à explicação sem que se considere a multifacetada complexidade do tema. Inúmeras variáveis podem ser construídas para identificar perfis, trajetórias, alcances e limites que permitam a construção de políticas públicas adequadas a combater um crime que se desenvolve, em alguns aspectos de forma ligeiramente homogênea e, em outras, nem tanto. Portanto, convém delimitar alguns pontos no confronto de estudos já desenvolvidos.

Em relação à vítima, identificamos que na RMRJ as faixas etárias compreendidas entre 18 a 29 e 30 a 59 são as mais significativas na violência em geral, o que remete parcialmente aos estudos de Silva et al (2013), Duffrayer et al (2021), Bozzo et al (2017), Deslandes, Gomes & Silva (2000) e Scott & De Oliveira (2018) – parcialmente porque para estes autores a ênfase recai entre 20 a 39 anos, o que não desloca o entendimento de que na vida adulta da mulher (20 a 59 anos) esta é violentada generalizadamente. Todavia, os dados na RMRJ também indicam que a faixa de 0 a 17 anos é aquela que mais sofre violência sexual, o que vai ao encontro dos resultados de Teofilo et al (2019) e em parte de Silva et al (2013), que identifica outras formas de violência neste grupo etário. Identificamos que na RMRJ quanto mais a mulher envelhece, há tendência de a violência deslocar da física para a psicológica e moral, fato que não foi observado nos estudos.

Na questão da cor, as mulheres brancas, pardas e as pretas são, nesta ordem, as mais violentadas. Tal destaque é ratificado por Bozzo et al (2017) e Scott & De Oliveira (2018). Todavia, se utilizarmos a categoria “negras” (pretas e pardas), as mulheres negras são mais violentadas que as brancas. Na RMRJ, as mulheres pardas estão ligeiramente atrás das mulheres brancas, o que difere dos estudos de Silva et al (2013) e Duffrayer et al (2021), que identificaram mais pardas. Por outro lado, identificamos no cruzamento dos dados da RMRJ que mulheres brancas e pardas se alternam na liderança no tocante às violências física, moral, psicológica e patrimonial e que no âmbito das mulheres pretas, estas sofrem 1/3 da violência quando em relação às brancas e pardas, sendo que nas violências moral e sexual elas se aproximam das brancas e pardas – esta questão do cruzamento da cor e tipo de violência não é observada em estudos.

Quanto ao estado civil, solteiras, casadas ou que vivem junto e as separadas são as mais violentadas nesta ordem na RMRJ, o que difere dos estudos de Scott & De Oliveira (2018) e Deslandes, Gomes & Silva (2000), que dão ênfase à união estável ou casamento,

entretanto, os dados se aproxima de Lucena et al (2016) e Teófilo et al (2019) ao agregarmos a dimensão de ex companheiros ou atuais. Por outro lado, também identificamos que na RMRJ, as mulheres solteiras são mais violentadas física e sexualmente (neste último, alcançando 75,59%) – este aspecto não é evidenciado em estudos e é necessário considerar que, como a faixa etária que mais sofre violência sexual é a de 0 a 17 anos, pressupõe-se o estado civil “solteira”. No tocante à relação entre autor e vítima, no geral, o companheiro ou ex e o conhecido são os que mais agredem, o que é percebido nos estudos de Bozzo et al (2017), Silva et al (2013) e Duffrayer et al (2021) – este último, inclusive remete a algo encontrado na RMRJ a saber, em casos sexuais, a preponderância é a inexistência de vínculos ou conhecimento.

Para com a escolaridade, na RMRJ as mulheres com ensino médio completo, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino superior completo e sem instrução são as mais violentadas nesta ordem, o que difere parcialmente dos estudos de Scott & De Oliveira (2018) e Bozzo et al (2017), cuja ênfase recai no ensino fundamental, mas ratifica os resultados de Duffrayer et al (2021), que também identificaram predominância do ensino médio completo. Todavia, identificamos que na RMRJ, o cruzamento dos dados nos informa que escolaridade tem implicações de que até o ensino médio, as mulheres mais sofrem violência física, moral e psicológica e que a partir do ensino médio completo, a violência física dá lugar à moral e psicológica – e não necessariamente à patrimonial, em uma possível lógica de que com melhores condições de vida, este tipo de violência se manifestaria. Por fim, mulheres sem instrução estão mais vulneráveis à violência sexual.

Quanto ao local da violência, a residência compõe 61,26% dos casos de violência contra a mulher, seguido da via pública (19,47%), o que vai ao encontro dos estudos de Duffrayer et al (2021, Lucena et al (2016) e Beccheri-Cortez & De Souza (2013). Além disso, identificamos que nos casos de violência sexual na RMRJ, a residência é o local em que mais acontece – fato que pode refutar a noção de que a violência sexual é cometida fora da residência. Há de ser considerado que a violência sexual alcança mais mulheres jovens, sobretudo de 0 a 11 anos e de 12 a 17 anos na RMRJ, logo, são violentadas em casa.

Quanto ao tipo da violência na RMRJ entre 2014-2019, a ordem encontra: física (34,80%), psicológica (31,93%), moral (24,70%), patrimonial (4,30%) e sexual (4,27%). Estes resultados diferem parcialmente dos estudos de Silva et al (2013), Duffrayer et al (2021), Bozzo et al (2017), Scott & De Oliveira (2018), Teófilo et al (2019) e Deslandes, Gomes & Silva (2000) apenas no tocante ao quantitativo, pois mesmo que os estudos ratifiquem a violência física como predominante seguida da psicológica (como na RMRJ), os valores são significativamente diferentes.

Por último, algo não encontrado nos estudos e que destacamos como relevante, está na faixa horária em que o crime ocorreu. No âmbito da RMRJ, a violência contra a mulher se distribui sem grande diferença no período da noite (33,92%), tarde (28,72%) e

manhã (23,03%), mas isso não significa que a violência se desenvolve do mesmo modo, pelo contrário. A violência física predomina levemente no período da noite (13,37%) e acontece na mesma proporção pela manhã e tarde. As violências moral, patrimonial e psicológica são próximas entre manhã, tarde e noite e pouco significativas na madrugada. O desvio está na violência sexual, a qual possui a distribuição mais regular nos quatro períodos, madrugada (0,98%), manhã (1,15%), tarde (1,09%) e noite (1,00%), ou seja, a violência sexual é aquela que atinge a mulher em qualquer horário do dia ou noite de forma indistinguível na RMRJ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou realizar pesquisa de caráter analítico e descritivo quanto ao desenvolvimento da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Construímos tabulação a fim de ponderar o movimento da violência tanto em contexto geral da RMRJ, bem como em termos dos municípios. Defendemos a ideia de que é preciso considerar as particularidades dos municípios, tendo em vista que determinados contextos exigem políticas públicas que se orientem neste processo específico.

Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. Todavia, alguns elementos típicos observados em levantamentos sobre o tema indicam uma oscilação comum. As violências física, psicológica e moral disputam espaço como as mais predominantes, em especial, a primeira. Nestas formas de violência, o agressor geralmente é conhecido, pois há relação de vínculo com a vítima, seja um atual ou ex companheiro, namorado ou em união estável. Ainda assim, evidenciamos a necessidade de olhar estratificado, pois, em casos sexuais, a preponderância é a inexistência de vínculos ou conhecimento.

Também encontramos um dado comum aos estudos: a violência acontece na residência em quase dois terços dos casos, entretanto, identificamos que nos casos de violência sexual, a residência também é o local predominante. Isso pode ser explicado pelo fato de que entre os 0 a 17 anos, a violência sexual é a que predomina e que quanto mais envelhece, a mulher sai da violência sexual para a física e psicológica e alcança a moral, patrimonial na maturidade. Mesmo assim, a violência sexual é aquela que atinge a mulher em qualquer horário do dia ou noite de forma indistinguível na RMRJ.

A violência atinge as mulheres de forma diferenciada. Até o ensino médio, as mulheres estão no centro da violência física, moral e psicológica e a partir do ensino médio completo, a violência moral e psicológica assume o lugar na centralidade. Neste aspecto são necessárias pesquisas que meçam a correlação entre mais estudos e percepção das violências moral e psicológica, tendo em vista que tanto a escolaridade e idade convergem

para estas violências, sobretudo em relação às mulheres brancas. Registramos o fato de que mulheres sem instrução estão mais vulneráveis à violência sexual.

Este trabalho difere, por conseguinte, de outros em determinados pontos. Encontramos as mulheres pardas ligeiramente atrás das mulheres brancas e o fato de que as mulheres pretas sofrem 1/3 da violência quando em relação às brancas e pardas, mas quando se destaca a violência moral e sexual elas se aproximam das brancas e pardas. Em outro prisma, as mulheres solteiras são mais violentadas física e sexualmente (em especial se considerarmos os dados sobre a faixa de 0 a 17 anos, no âmbito sexual). Por fim, ao contrário de outros estudos, encontramos as violências física, psicológica e moral na RMRJ quase próximas, ao contrário de estudos que evidenciam a violência física muito à frente.

Por fim, destacamos como abordagens futuras, a necessidade de se trabalhar dados estratificados no âmbito municipal, notadamente, que considerem as discrepâncias socioeconômicas e de desenvolvimento, uma vez que, por ora, alguns aspectos específicos aos municípios foram encontrados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e não-violência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ARRUDA DA SILVA, Priscila et al. (In)visibilidade das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas em um município do sul do Brasil. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 37, n. 2, e11, p. 1-10, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.17533/udea.iee.v37n2e11>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

BARWINSKI, Sandra Lia Leda Bazzo. **Poder, dominação e resistência: Lei Maria da Penha e a Justiça de Gênero**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BOZZO, Ana Clara Borborema et al. Violência doméstica contra a mulher: caracterização dos casos notificados em um município do interior paulista. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 25, p. e11173, p. 1-5, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.11173>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

BRAVO, Renata. **Feminicídio: tipificação, poder e discurso**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Crimes contra a dignidade sexual: tópicos relevantes**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2020.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia Feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BECCHERI-CORTEZ, Mirian; DE SOUZA, Lidio. Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, v. 12, n. 24, p. 34-53, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-70272013000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-70272013000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

DUFFRAYER, Karoline Moreira et al. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência no período de 2008 a 2017. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13823>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: Casos passionais e feminicídio – de Pontes Visguelo a Mizael Bispo de Souza**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ESPÍNOLA, Caroline. **Dos direitos humanos das mulheres à efetividade da Lei Maria da Penha**. Curitiba: Appris, 2018.

FREITAS, Lúcia & PINHEIRO, Veralúcia. **Violência de gênero, linguagem e direito: Análise de Discurso crítica em processos na Lei Maria da Penha**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GUIMARÃES, Maria de Nazaré Saavedra. **Direitos Humanos no Cotidiano Jurídico: a Violência contra a mulher – um estudo comparativo entre as legislações do Brasil e da Argentina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica**. São Paulo: Atlas, 2013.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal feminista**. São Paulo: Atlas, 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista: novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MORAIS, Clarice Paiva. **Desigualdade de Gênero nos Tribunais Superiores no Brasil: Análise da neutralidade judicial sob a ótica da pergunta pela mulher**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SCOTT, Juliano Beck; DE OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Perfil de Homens Autores de Violência Contra a Mulher: Uma Análise Documental. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 10, n. 2, p. 71-88, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

SEGATO, Rita. **Crítica à colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SILVA, Maria Carmelita Maia e et al. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 3, p. 403-412, p. 403- 412, 2013. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300005>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 1, p. 129-137, 2000. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2000.v16n1/129-137>>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

TEOFILO, Marcella Martins Alves et al. Violência contra mulheres em Niterói, Rio de Janeiro: informações do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (2010-2014). **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 437-447, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040302X>>. Acesso em 12 de novembro de 2021

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. **Circuito do Femicídio: o silêncio murado do assassinato de mulheres**. Rio de Janeiro: Lumen: Juris, 2020.

XAVIER, Rafael Ricardo. **Femicídio: Análise jurídica e estudo em consonância com a Lei Maria da Penha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen: Juris, 2019.

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:

Agenda e questões contemporâneas



  
Ano 2022

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

  
Atena  
Editora  
Ano 2022